

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica

PROSPECTO

R\$ 30.000.000,00 divididos em 600 cotas no valor nominal unitário de
R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Código ISIN das Cotas: BRFUNCCTF004

Administrador
Banco Fator S/A
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 11º e 12º andares - São Paulo - SP

Agente de Custódia e Escrituração
Banco Itaú S/A

Constituição e funcionamento, e oferta pública de distribuição de cotas, autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários em 26 de novembro de 2007, de acordo com o OFÍCIO CVM/SRE/Nº 2.197/2007, sob Código CVM nº 4-3 e CVM/SRE/RFO/2007/002, respectivamente.

ESTE PROSPECTO NÃO IMPLICA, NEM IMPLICARÁ, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E OBJETIVOS OU, AINDA, DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS. O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OBJETIVA SOMENTE GARANTIR O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES QUE SERÃO PRESTADAS PELO ADMINISTRADOR, A PEDIDO DOS SUBSCRITORES NO LOCAL MENCIONADO NESTE PROSPECTO, NÃO IMPLICANDO, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DA VERACIDADE DAQUELAS INFORMAÇÕES, NEM JULGAMENTO QUANTO À PROPOSTA DO FUNDO OU DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE SE MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO É DESTINADO A INVESTIDORES QUE SEJAM CONSIDERADOS INVESTIDORES QUALIFICADOS, NOS TERMOS DO ART. 109 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 409, DE 18 DE AGOSTO DE 2004, E NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO, NAS PÁGINAS 13 A 17 DESTES PROSPECTO.

Administrador

(página intencionalmente deixada em branco)

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Índice

Do Fundo	4
Metas e Objetivos	4
Público Alvo	5
Benefício Fiscal.....	5
Política de Investimento e Faixas de Alocação de Ativos.....	5
Administração e Gestão.....	6
Perfil do Administrador	6
Comitê de Investimentos	8
Agente de Custódia e Tesouraria.....	9
Auditores	9
Política de Relação com Instituições do Mercado	9
Processo de Originação, Análise e Seleção de Investimentos	9
Período de Investimentos	10
Período de Desinvestimento	10
Taxa de Administração e Prêmio de Desempenho	10
Reembolso de Despesas	11
Amortizações	11
Duração.....	11
Liquidação	11
Distribuição das Cotas.....	12
Capital Mínimo	13
Negociação de Cotas	13
Novas Emissões	13
Distribuição de Resultados	13
Fatores de Risco	13

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Do Fundo

O **Fator Funcine** é um Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINE (o “**Fator Funcine**” ou “**Fundo**”), constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 398, de 28 de outubro de 2003 (a “**ICVM 398**”) e posteriores alterações, administrado e gerido pelo Banco Fator S/A (“**Banco Fator**” ou “**Administrador**”), tendo como prestador dos serviços de emissão, resgate e avaliação de cotas, bem como de custódia e escrituração, o Banco Itaú S/A (o “**Agente de Custódia e Escrituração**”). Os serviços de tesouraria são prestados pelo próprio Administrador.

Metas e Objetivos

O Fundo busca atingir a captação de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por meio de emissão de 600 (seiscentas) cotas. O Fundo tem como objetivo a obtenção de taxas de retorno diferenciadas através de investimento e participações em projetos ou empresas da indústria cinematográfica nacional, na forma do autorizado pela ICVM 398, conforme a Política de Investimentos e de Alocação de Ativos descrita em no art. 16 do Regulamento do Fundo. O prazo de duração inicial do Fundo é de 6 (seis) anos, podendo ser prorrogado por até mais 2 (dois) anos, caso as condições de mercado, à época do final do prazo inicial, não favoreçam a liquidação dos ativos.

Para efeito do disposto no Regulamento e na ICVM 398, consideram-se:

(I) “Projetos”: aqueles projetos e/ou programas aprovados pela ANCINE – Agência Nacional de Cinema (“ANCINE”), que sejam destinados a:

- a)** projetos de produção de obras audiovisuais brasileiras independentes realizadas por empresas produtoras brasileiras;
- b)** construção, reforma e recuperação das salas de exibição de propriedade de empresas brasileiras;
- c)** aquisição de ações de empresas brasileiras para produção, comercialização, distribuição e exibição de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, bem como para prestação de serviços de infra-estrutura cinematográficas e audiovisuais;
- d)** projetos de comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente realizados por empresas brasileiras; e
- e)** projetos de infra-estrutura realizados por empresas brasileiras.

(II) “Produção Independente”: aquela obra audiovisual cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa por assinatura;

(III) “Empresa Titular” de Projeto Aprovado pela ANCINE: empresa de capital predominantemente nacional que, podendo revestir-se de qualquer das formas societárias previstas em Lei, exceto para os projetos incluídos na alínea “c” do inciso I acima, é a responsável pela produção e/ou execução de Projeto Aprovado Pela ANCINE, bem como pela prestação de contas relativa à utilização dos recursos oriundos do FUNCINE, em nome da qual a aprovação do projeto é publicada no Diário Oficial da União, na forma da regulamentação da ANCINE; e

(IV) “Empresa Brasileira”: sociedade constituída sob as leis brasileiras,

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja de titularidade direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

Público Alvo

O Fundo é destinado a receber aplicações exclusivamente de Investidores Qualificados, nos termos do art. 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e principalmente, mas não exclusivamente, de pessoas jurídicas que: **(a)** tenham interesse na promoção e desenvolvimento do cinema nacional; e **(b)** estejam sujeitas à tributação com base no lucro real, beneficiando-se da dedução de parcela do imposto de renda devido através do investimento em Projetos. O Administrador poderá, entretanto, aceitar subscrições de cotas do Fundo por parte de outros tipos de investidores nacionais ou estrangeiros.

Benefício Fiscal

De acordo com a legislação aplicável aos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica nacional – Funcines (MP 2.228/01 de 6 de setembro de 2001, Instrução Normativa CVM 398/03 de 28 de outubro de 2003, alterada pelas Instruções Normativas CVM 435/06 e 451/07 de 5 de julho de 2006 e 3 de abril de 2007 e Lei 11.437 de 28 de dezembro de 2006), os investidores que adquirirem cotas do Fundo poderão beneficiar-se dos seguintes benefícios fiscais:

- Até o período de apuração relativo ao ano-calendário de 2016, inclusive, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido 100% das quantias aplicadas na aquisição de cotas de Funcines;
- Esta dedução está limitada a 3% (três por cento) do imposto devido pelas pessoas jurídicas, considerando-se a aplicação da alíquota de 15% sobre o lucro real. O imposto devido decorrente da aplicação do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) não pode ser utilizado para cálculo deste limite de 3% do imposto devido;
- No caso de pessoas físicas, a dedução está limitada a 6% (seis por cento) do imposto devido, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº. 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
- A pessoa jurídica que alienar as cotas do Fundo adquiridas conforme acima, somente poderá considerar como custo de aquisição, na determinação do ganho de capital, os valores deduzidos do imposto de renda na hipótese em que a alienação ocorra após 5 (cinco) anos da data de sua aquisição;
- Os rendimentos, os ganhos de capital e os ganhos líquidos decorrentes de aplicação no Fundo sujeitam-se às normas tributárias aplicáveis aos demais valores mobiliários no mercado de capitais.

Política de Investimento e Faixas de Alocação de Ativos

A Política de Investimento do Fundo observará as seguintes diretrizes e faixas de alocação de ativos, respeitado o disposto na ICVM 398:

(I) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos aplicados no Fundo deverão ser direcionados a Projetos Aprovados pela ANCINE de:

- (a)** produção de obras audiovisuais brasileiras independentes realizadas por empresas produtoras brasileiras;
- (b)** comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente realizados por

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

empresas brasileiras, com ou sem adiantamento, conforme previsto no Artigo 5º, Inciso II, último item, da Instrução Normativa nº. 17 da ANCINE;

(II) no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados em Projetos Aprovados pela ANCINE de:

(a) construção, reforma e recuperação das salas de exibição de propriedade de empresas brasileiras;

(b) aquisição de ações de empresas brasileiras constituídas para a produção, comercialização, distribuição e exibição de obras audiovisuais brasileiras de Produção Independente, bem como para prestação de serviços de infra-estrutura cinematográficos e audiovisuais;

(c) projetos de infra-estrutura realizados por empresas brasileiras.

(III) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicado em um único Projeto.

(IV) No máximo 10% (dez por cento) da carteira do Fundo poderá ser representada por títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do BACEN, registrados em sistemas de negociação, compensação e liquidação administrados por entidades autorizadas pela CVM ou pelo BACEN.

O Administrador poderá rever os limites e o enquadramento de carteira do Fundo, sempre que alterações à regulamentação dos FUNCINES assim o permitirem ou determinarem, sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Cotistas do Fundo (a "Assembléia") e à alteração do Regulamento, quando for o caso.

Administração e Gestão

A administração e gestão do Fundo serão exercidas pelo Banco Fator S.A. (o "Administrador"), instituição financeira com sede na Rua Renato Paes de Barros 1017, 12º andar, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 33.644.196/0001-06, credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório CVM nº. 4.341, de 30 de maio de 1997.

A atuação do Administrador na gestão da carteira do Fundo conta com a assessoria de um comitê de especialistas (o "**Comitê de Assessores Especiais**"), formado por profissionais ligados à atividade cinematográfica nacional, ressalvado que, de forma a assegurar a independência deste comitê, tais especialistas não poderão ter qualquer atuação na produção ou administração de produções e/ou negócios relacionados aos objetivos de investimento do Fundo

Ao mesmo tempo, atuação do Administrador na gestão da carteira do Fundo está sujeita à supervisão e ao acompanhamento de um comitê de investimentos (o "**Comitê de Investimentos**").

Perfil do Administrador

Estabelecido em 1967, o Banco Fator destaca-se entre os bancos de investimentos nacionais privados e atua principalmente em três áreas de negócio: Administração de Recursos, Corretora de Valores e Corporate Finance/Mercado de Capitais, com operações estruturadas, assessoria comercial e financeira nas áreas de fusões & aquisições e privatizações, *project finance* e captação de recursos via mercado de capitais, tendo estabelecido presença destacada no segmento de pequenas e médias empresas.

A Fator Corretora, é uma das maiores corretoras do Brasil. Sua área de análise e pesquisa de mercado produz análises e publicações reconhecidas como diferenciadas tanto por investidores nacionais como internacionais,

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

cobrando mais de 100 empresas listadas em bolsa, nos mais diversos ramos industriais.

A Fator Administradora de Recursos é uma das 10 maiores administradoras de fundos no país, com mais de R\$5,5 bilhões sob administração. Os fundos de ações da FAR estão consistentemente entre os de melhor rentabilidade no mercado nacional. A FAR é também uma pioneira em governança corporativa no Brasil, através da família de fundos Sinergia.

A área de banco de investimento do Banco Fator é especializada em fusões e aquisições, serviços de assessoria financeira, *project finance* e operações nos mercados de capital. O Banco Fator participou da grande maioria das operações de privatização realizadas no país e atua fortemente em operações de reestruturação corporativa.

O Banco Fator conta hoje com mais de 400 profissionais contratados, e possui escritórios em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e Brasília.

Além de suas atividades no setor financeiro, o Banco Fator tem sido um destacado patrocinador de atividades artísticas e do cinema nacional, tendo participado como investidor ou patrocinador em diversas iniciativas artísticas, tais como:

- Filme "**Carandiru**" de Hector Babenco, em 2003;
- Livro de arte "**Viagem ao Brasil nas Aquarelas de Thomas Ender - RJ e SP**", em 2003;
- Documentário "**Faixa de Areia**" de Flavia Lins e Silva, em 2004;
- CD "**Sambalango**" de Carlos Lyra, em 2006;
- DVD "**Tocar na Banda**" de Vânia Bastos, em 2006;
- CD "**Kandagawa**" de Kay Lyra, em 2006;
- CD, DVD e livro "**Violões do Brasil**" de Myriam Taubkin e Sérgio Roizenblit, em 2006;
- Livro de arte "**O Brasil a Vela**", de Mário Buckup, em 2006;
- **Projeto Guri**, composto por atividades artístico-culturais com crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes, por meio do ensino coletivo da música, em 2007;
- Livro de Arte "**Anita Malfatti**" de Luzia Portinari Greggio, em 2007
- Show, CD e DVD "**Encontro entre Amigos ao vivo**", gravado ao vivo na Sala São Paulo, com participação de Carlos Lyra, Marcos Valle, Dino Galvão Bueno, Eduardo Gudin, Ricardo Barros, Luiz Roberto de Oliveira, Théo de Barros, Vânia Bastos, Adriana Godoy, Cris Aflalo, Patrícia Alvi, Roberto Sion, João Linhares, Renato Braz e Orquestra Jovem Tom Jobim, em 2007.
- Patrocínio do 3º. Festival Internacional de Fotografia "**Paraty em Foco**", em 2007.

Ao mesmo tempo, o Diretor de Recursos de Terceiros do Banco Fator e Presidente do Comitê de Investimentos do Fundo, Walter Appel, possui uma destacada atuação como produtor de projetos culturais e como membro de organizações como o Instituto Reciclar e o Instituto Ethos. Casado com a dramaturga Leilah Assumpção, Walter produziu os seguintes espetáculos teatrais:

1984 – "Boca Molhada de Paixão Calada", texto de Leilah Assumpção, direção Miriam Muniz, com Emílio di Biasi e Kate Hansen.

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

❖ Uma temporada em São Paulo.

1994 – “Adorável Desgraçada”, texto de Leilah Assumpção, direção Fauze Arap, com Claudia Mello.

❖ Uma temporada em São Paulo.

1999 - “O Grande Momento de Mariana Martins”, texto de Leilah Assumpção, direção Luis Arthur Nunes, com Claudia Alencar, Stela Freitas e Oscar Magrini.

❖ Uma temporada em São Paulo e uma temporada no Rio de Janeiro.

2001 - “Intimidade Indecente”, texto de Leilah Assumpção, direção Regia Galdino, com Irene Ravache e Marcos Caruso De janeiro a dezembro de 2005, com Vera Holtz e Marcos Caruso e de Agosto de 2006 a maio de 2007, com Lucinha Lins e Otávio Augusto tendo realizado:

❖ Cinco temporadas em São Paulo;

❖ Três temporadas no Rio de Janeiro;

❖ Duas Temporadas em Portugal;

❖ Quatro apresentações no Festival Internacional de Teatro El Galpón, Uruguai;

❖ Excursionou por diversas cidades entre elas: Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Curitiba, Porto Alegre; Belo Horizonte, Recife, Salvador, Londrina, Uberaba, Sorocaba, Niterói, Piracicaba, Macaé, São José dos Campos, Mongaguá, Caraguatatuba, Osasco, Campo Grande, Cuiabá, Paulínia, Goiânia, São Caetano, Ipatinga, Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Vitória (ES), atingindo 365.807 espectadores em 919 sessões.

Comitê de Investimentos

O Comitê é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros, indicados como segue: (a) 2 (dois) membros, entre os quais o Presidente do Conselho, pelo Administrador; e (b) 3 (três) membros pelos quotistas, sendo que cada quotista, ou grupo de quotistas, detentor(es) de 20% do total das quotas do Fundo, terá(ão) direito a eleger 1 (membro) do Comitê de Investimentos. Ao Comitê está subordinada a aplicação da Política de Investimento do Fundo, sendo suas prerrogativas:

(I) determinar as diretrizes da Política de Investimento do Fundo;

(II) deliberar sobre os investimentos nos Projetos;

(III) acompanhar o desempenho do Fundo, através dos relatos do Administrador acerca do desempenho dos Projetos integrantes da carteira do Fundo;

(IV) supervisionar os desinvestimentos nos Projetos integrantes da carteira do Fundo, e, quando solicitado pelo Administrador, opinar sobre condições de investimentos;

(V) deliberar sobre os desinvestimentos em ações de companhias integrantes da carteira do Fundo;

(VI) deliberar sobre a prorrogação do período de investimento do Fundo ("Período de Investimento"), definido no Artigo 23 do Regulamento do Fundo; e

(VII) deliberar sobre a alteração do critério de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, de acordo com o previsto do Artigo 27, Parágrafo Único, Inciso III, alínea "a" do Regulamento do Fundo.

As reuniões do Comitê serão convocadas nos termos do Regulamento do

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Fundo e instalar-se-ão com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros.

As deliberações serão adotadas com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes à reunião e em pleno exercício do seu direito de voto, permitida a apresentação de voto por escrito. Os membros poderão ter seu voto restrito ou suspenso pelo Comitê nos casos em que houver conflito de interesses.

Nenhum investimento será realizado sem a aprovação do Comitê. As deliberações do Comitê não eximirão o Administrador, a Assessora de Investimentos ou quaisquer outras instituições contratadas para prestar serviços ao Fundo das obrigações, deveres e responsabilidades que lhes são respectivamente atribuídos pelo Regulamento, contrato ou pela legislação.

**Agente de
Custódia e
Tesouraria**

Os serviços de escrituração de cotas e custódia dos ativos pertencentes à carteira do Fundo serão prestados pelo Banco Itaú S/A, instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº. 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.701.190/0001-04.

Auditores

As contas do Fundo serão auditadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes - Sociedade Simples, auditor independente devidamente registrado na CVM, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12995 - 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Novo, CEP 04578.000, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.326.016/0001-99.

**Política de
Relação com
Instituições do
Mercado**

As cotas do Fundo deverão ser distribuídas por meio do Banco Fator S.A. e os serviços de custódia e de escrituração de cotas prestados pelo Banco Itaú S/A. O Fundo poderá, ainda, manter contas correntes em bancos de primeira linha, a critério do Administrador.

**Processo de
Originação,
Análise e
Seleção de
Investimentos**

O Administrador, auxiliado pelo Comitê de Assessores Especiais, será responsável pela originação e avaliação de Projetos, atuando por meio de contatos na indústria audiovisual brasileira, incluindo produtores, distribuidores e exibidores, instituições públicas e privadas de apoio ao cinema (fundações, institutos, cinematecas), valendo-se, ainda, de sua presença e experiência no setor financeiro.

Na seleção de Projetos, deverá ser enfatizada a análise dos seguintes aspectos, cumulativamente:

(I) potencial de retorno, rentabilidade e liquidez dos ativos envolvidos, tendo em vista o risco inerente ao investimento nos Projetos;

(II) perspectiva de crescimento dos segmentos e mercados geográficos, bem como da fatia de mercado, posicionamento competitivo e vantagens comparativas sustentáveis no médio e longo prazo dos Projetos;

(III) composição, capacidade, experiência, qualidade e motivação profissional das equipes artística (quando aplicável), técnica e gerencial responsáveis pela execução dos Projetos;

(IV) potencial de liquidez futura dos Projetos, focado no levantamento de potenciais compradores/investidores estratégicos ou possibilidade de abertura de capital; e

(V) modelagem e projeções financeiras, mediante a análise do fluxo de caixa dos Projetos em cenários variados e detalhamento do plano de

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

negócios.

Caso, após a análise, o Administrador entenda que há interesse no investimento pelo Fundo em determinado Projeto, o Administrador deverá apresentar o Projeto ao Comitê de Investimentos, juntamente com uma proposta contendo as bases pretendidas para o investimento.

O Comitê de Investimentos deliberará sobre o Projeto e a proposta, que, se aprovada pelo mesmo, será levada pelo Administrador à Empresa Titular do Projeto.

Aceitas as bases da proposta pela Empresa Titular do Projeto, o Administrador coordenará auditoria legal e contábil do Projeto, a ser realizada por auditores e escritórios de advocacia independentes.

Em não sendo identificadas questões que desabonem o Projeto, o Administrador poderá proceder ao investimento pelo Fundo, devendo submeter o investimento à aprovação do Comitê de Investimento no caso de alteração substancial nos termos da proposta de investimento inicialmente aprovada. O Administrador poderá desistir de realizar qualquer investimento sem a aprovação prévia do Comitê de Investimentos.

Período de Investimentos

O Período de Investimento do Fundo será de 3 (três) anos, a contar da data de sua autorização para funcionamento, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano a critério do Comitê de Investimentos. Não poderão ocorrer novos investimentos após o término do referido prazo, mesmo que o valor total do capital subscrito do Fundo não tenha sido investido, exceção feita aos investimentos para capitalizações de Projetos já aprovados pelo Comitê de Investimentos ou integrantes da carteira do Fundo, que poderão ser efetuados no prazo de até 1 (um) ano após o término do Período de Investimento.

Período de Desinvestimento

Em seguida ao Período de Investimento haverá o período de desinvestimento do Fundo ("Período de Desinvestimento"), cujo prazo de duração será de 3 (três) anos, podendo ser reduzido para 2 (dois) anos, caso o Período de Investimento seja prorrogado pelo Comitê de Investimentos, conforme previsto no caput do Artigo 23 do Regulamento do Fundo, ou prorrogado por até 2 (dois) anos, caso o prazo de duração do Fundo seja prorrogado pela Assembléia, de acordo com o previsto no caput do Artigo 68 do Regulamento do Fundo.

Taxa de Administração e Prêmio de Desempenho

Pela prestação de serviços ao Fundo, o Administrador receberá uma remuneração composta de:

(I) uma Taxa de Administração, correspondente a 3,0% (três por cento) ao ano, apurados sobre o patrimônio líquido do Fundo (o "Patrimônio Líquido"), provisionada e paga trimestralmente, até o 10º (décimo) dia útil do primeiro mês de cada trimestre de vigência do Fundo; e

(II) um Prêmio de Desempenho, correspondente a 20% (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo Fundo que excederem os valores integralizados pelos cotistas, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IPCA"), acrescido de 4% (quatro por cento) ao ano, desde a data da integralização das cotas até a data da distribuição ou liquidação do Fundo, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$PD = [VD-(VC-VDA)] \times 0,20$$

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

onde:

PD = Prêmio de Desempenho.

VD = valor distribuído aos cotistas a título de amortização de cotas ou por ocasião da liquidação do Fundo.

VC = valor de integralização das cotas do Fundo, corrigido, desde a data de integralização até a data de amortização ou liquidação do Fundo, pela variação do IPCA + 4%.

VDA = soma das quantias já distribuídas aos cotistas, atualizadas, desde a data de sua distribuição até a data de cálculo, pela variação do IPCA + 4%, limitada ao VC.

O Prêmio de Desempenho será pago por ocasião das amortizações previstas no Regulamento ou da liquidação do Fundo. Caso o Administrador venha a ser substituído antes da liquidação do Fundo, esta fará jus a receber o Prêmio de Desempenho, a ser pago *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo de suas funções e o prazo de duração do Fundo inicialmente previsto.

Caberá ao Administrador remunerar o Comitê de Assessores Especiais com recursos próprios.

É vedado ao Administrador cobrar dos cotistas quaisquer comissões ou taxas de ingresso ou de saída do Fundo.

Reembolso de Despesas

O Administrador fará jus ao reembolso pelos cotistas das despesas incorridas na constituição do Fundo, até o valor de 1% (um por cento) do capital subscrito, desde que comprovadas, revisadas por auditor independente e aprovadas pela Assembléia.

Amortizações

O Fundo poderá reinvestir os eventuais ganhos até o final do Período de Investimento, ou seja, 3 (três) anos, devendo, a partir de então, proceder preferencialmente à amortização parcial de suas cotas, ressalvado, porém, que tais ganhos poderão ser reinvestidos, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, observada, ainda, a constituição e manutenção de reservas para fazer frente a encargos do Fundo, conforme proposta do Administrador submetida à aprovação do Comitê de Investimentos.

As amortizações incidirão sobre o valor das cotas. Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou liquidação do Fundo.

As amortizações serão pagas aos cotistas em moeda corrente nacional ao final de cada semestre civil, ou extraordinariamente, se houver valor relevante a ser distribuído, a critério do Administrador, por ordem de pagamento, depósito em conta corrente do cotista, ou ainda por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED.

Duração

O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados a partir da data de autorização para funcionamento pela CVM, podendo este prazo ser prorrogado, caso as condições de mercado, à época do final do prazo inicial, não favoreçam à liquidação dos ativos, por até mais 2 (dois) anos, mediante aprovação da maioria absoluta das cotas subscritas pelo Fundo, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

Liquidação

Ao final de seu prazo de duração ou de sua prorrogação, o Fundo será liquidado na forma prevista no Regulamento, cabendo ao Administrador, na hipótese de liquidação do Fundo, por deliberação da Assembléia, promover a divisão de seu patrimônio entre os cotistas, na proporção de suas cotas, no

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da realização da Assembléia. Durante o prazo de liquidação do Fundo, as quantias relativas à alienação de ativos integrantes do seu patrimônio, bem como as receitas geradas por esses dos recursos do Fundo, observando as boas práticas de mercado. Não obstante, ativos, serão aplicados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN.

Encontrando dificuldade na alienação, a preço justo, de ativos de baixa liquidez, o Administrador convocará a Assembléia para deliberar sobre a destinação de tais ativos, observado que, caso não seja possível ao Administrador transformar determinados ativos em moeda corrente nacional no prazo de liquidação, o Fundo se extinguirá e os ativos remanescentes e não liquidados passarão a ser detidos em condomínio pelos cotistas, na proporção de suas respectivas cotas, aplicando-se a legislação civil que regula a matéria.

Distribuição das Cotas

O Fundo, através da presente, emitirá 600 (seiscentas) cotas, com valor unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalizando R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a serem distribuídas pelo Administrador. As cotas objeto da presente emissão deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, bens ou direitos.

Ao subscrever as cotas objeto da presente emissão, cada cotista deverá firmar boletim de subscrição e termo de adesão, atestando que recebeu o Prospecto e o Regulamento do Fundo e que tomou ciência de sua Política de Investimento.

Na emissão inicial de cotas do Fundo, o valor da cota será estabelecido mediante a divisão do valor total da emissão pelo número de cotas emitidas, sendo que o valor mínimo de subscrição, por investidor, será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A integralização de cotas poderá ser realizada em moeda corrente nacional, bens e direitos. A integralização em bens e direitos deverá ser feita com base em laudo de avaliação elaborado por 3 (três) peritos ou por empresa especializada independente, devidamente fundamentado com a indicação dos critérios de avaliação, elementos de comparação adotados e aprovado pelo Administrador. Será permitida a integralização de cotas do Fundo com ações, desde que observados os procedimentos previstos na Decisão Conjunta CVM/SPC nº 10 e a Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003. A integralização das cotas deverá ser realizada por Transferência Eletrônica Disponível ("TED") e será concomitante à conferência, pelo cotista do Fundo, dos bens e direitos, na forma estabelecida neste Regulamento.

O Administrador poderá optar por reduzir o número total de cotas a ser emitido, readequando as participações percentuais relativas às cotas já colocadas, desde que obtenha, por escrito, a concordância formal dos subscritores com relação às novas condições e efetue a devolução do valor integralizado, devidamente remunerado pelo tempo decorrido, aos subscritores discordantes.

Na hipótese de, durante o processo de distribuição de cotas, o Administrador decidir alterar alguma das condições previamente divulgadas, deve ser suspensa a distribuição, obtida a concordância do subscritor e, se necessário, da Comissão de Valores Mobiliários, com relação às novas condições, e efetuada a devolução do valor integralizado, devidamente remunerado pelo tempo decorrido, ao subscritor que não concordar com as novas condições. Completado este procedimento, deverá ser feita a correção do Prospecto e

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

do que mais for devido, publicando-se novo anúncio do início de distribuição, nos termos do Artigo 26 da ICVM 398.

Capital Mínimo O Administrador poderá dar por encerrado o prazo de subscrição quando forem subscritas 150 (cento e cinquenta) cotas do Fundo, totalizando R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), valor correspondente ao capital subscrito mínimo do Fundo, ocasião em que o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para o início do funcionamento do Fundo, observado que as cotas não subscritas serão canceladas pelo Administrador.

Negociação de Cotas As cotas do Fundo poderão ser transferidas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos. As cotas do Fundo não estão admitidas à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Novas Emissões O Fundo poderá proceder a novas emissões de cotas, na forma de seu Regulamento, na forma do autorizado pela regulamentação em vigor, ressalvado sempre, o direito de preferência dos cotistas de subscreverem cotas novas, na proporção do número de cotas que possuem, na forma do Regulamento do Fundo.

Distribuição de Resultados Após o Período de Investimento, os recursos oriundos da liquidação total ou parcial dos investimentos que integram a carteira do Fundo, assim como os dividendos, bônus ou quaisquer outros valores recebidos pelo Fundo em decorrência de tais investimentos, serão utilizados preferencialmente para amortização das cotas do Fundo.

A amortização incidirá sobre o valor da cota. Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou liquidação do Fundo.

Se a liquidação dos investimentos realizados pelo Fundo ou o pagamento de dividendos, bônus e quaisquer outros valores decorrentes de tais investimentos ocorrerem durante o Período de Investimento, o Administrador, a seu exclusivo critério, poderá optar pela amortização de cotas no valor total dos recursos obtidos ou pelo seu reinvestimento.

Se a liquidação dos investimentos realizados pelo Fundo ou o pagamento de dividendos, bônus e quaisquer outros valores decorrentes de tais investimentos ocorrerem durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos serão preferencialmente destinados à amortização de cotas, observada a constituição e manutenção da Reserva de que trata o Parágrafo Quinto infra, ressalvado ainda que tais recursos poderão ser reinvestidos conforme deliberação do Comitê.

Fatores de Risco **Política de Administração de Riscos**

O Administrador deverá empregar todo o zelo e cuidado na aplicação e gestão dos recursos do Fundo, observando as boas práticas de mercado. Não obstante, o investimento no Fundo apresenta riscos que devem ser levados em conta pelo potencial investidor, incluindo riscos de mercado, crédito, liquidez, rentabilidade, concentração de carteira e outros riscos específicos aos Projetos investidos pelo Fundo.

Dentre outros riscos, os fatores descritos a seguir podem acarretar perda patrimonial ao Fundo e seus cotistas, não sendo O Administrador, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

resultantes de comprovada negligência ou má-fé, responsabilizada por qualquer depreciação do valor das cotas do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

Caberá aos cotistas, exclusivamente, realizar eventuais aportes ao Fundo, caso este venha, a qualquer tempo, apresentar patrimônio líquido negativo.

Antes de tomar a decisão pelo investimento no Fundo, os interessados deverão ler e considerar cuidadosamente todas as informações contidas nesse Prospecto e no Regulamento do Fundo, à luz de sua própria situação financeira, de seus objetivos de investimento e, em particular, dos seguintes fatores de risco:

(I) Riscos Relacionados ao Mercado: Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou cinematográfico brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, variações cambiais bruscas e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perdas ao Fundo e seus cotistas.

(II) Riscos Relacionados ao Crédito: O investimento em direitos de comercialização de obras audiovisuais e direitos de uso (ou posse) de salas de exibição caracterizam operações cujo risco de crédito se concentra na capacidade das partes obrigadas honrarem os contratos em vigor. Dentre outros, os seguintes riscos de crédito devem ser considerados, segundo o tipo de Projeto:

a) Projetos envolvendo a produção, comercialização e distribuição de obras cinematográficas brasileiras de produção independente: O investimento pelo Fundo em produção ou co-produção de obras cinematográficas confiadas a Empresas Titulares, produtores e distribuidores independentes expõe o Fundo a diversos riscos relacionados à capacidade econômico-financeira desses produtores e distribuidores, inclusive riscos relativos à efetiva conclusão de Projetos dentro dos orçamentos e prazos inicialmente aprovados, riscos relativos à capacidade econômico-financeira de eventuais co-investidores do Fundo nos Projetos e, ainda, o risco de insolvência das Empresas Titulares dos Projetos, produtores, distribuidores e outros intermediários normalmente envolvidos nos Projetos. O Administrador, além da análise criteriosa do risco de crédito de cada uma das partes envolvidas em cada Projeto, deverá cuidar para que o Fundo condicione seu investimento à apresentação, pelas respectivas Empresas Titulares, produtores, distribuidores e demais partes envolvidas, de garantias contratuais, securitárias e procedimentais usualmente adotadas pela indústria cinematográfica.

b) Projetos envolvendo a construção, recuperação e reforma de salas de exibição: O investimento pelo Fundo em Projetos que envolvam a construção, recuperação e reforma de salas de exibição, para sua posterior exploração comercial, expõe o Fundo a diversos riscos relacionados à solvência de construtores, locadores, das Empresas Titulares dos Projetos, bem como de eventuais parceiros e co-investidores do Fundo em cada um dos Projetos investidos. O Administrador deverá cuidar para que o Fundo condicione investimentos na construção, recuperação e reforma para posterior exploração

Fator Funcine

Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

comercial de salas de exibição à análise de crédito das Empresas Titulares dos Projetos, co-investidores, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços envolvidos em cada Projeto, assim como à apresentação dos contratos, seguros e garantias em cada caso recomendados pelas melhores práticas de mercado.

(III) Riscos Relacionados à Liquidez das Cotas: Os FUNCINES são um veículo de investimento novo no mercado brasileiro, não movimentando ainda volumes vultosos de recursos. Pelo fato de os FUNCINES serem condomínios fechados e não admitirem resgate de cotas, salvo nos casos previstos no Regulamento, os investidores podem ter dificuldades em negociar suas cotas em mercado secundário, uma vez que estas não devem apresentar grande liquidez.

(IV) Riscos Relacionados à Liquidez dos Investimentos: O Administrador poderá ter dificuldade na alienação, a preço justo, de ativos do Fundo dentro do prazo estipulado no Regulamento para sua liquidação. O Administrador procurará, na medida do possível, investir em Projetos que contenham mecanismos de saída pré-determinados dentro do prazo de duração do Fundo, como, por exemplo, opções irrevogáveis de venda ("put") da parcela do Fundo no Projeto às respectivas Empresas Titulares ou a terceiros, direitos de acompanhar a Empresa Titular ou terceiros na venda de sua participação ("tag along") e direito de incluir a parcela da Empresa Titular ou de terceiros em eventual oferta de compra de terceiro ("drag along"). Não obstante, se quando da liquidação do Fundo, não for possível ao Administrador alienar a mercado os ativos remanescentes do Fundo, os cotistas poderão vir a receber fração ideal dos referidos ativos remanescentes, na proporção de suas respectivas cotas, na forma do Regulamento, não havendo por parte do Administrador qualquer garantia quanto à possibilidade ou valor da eventual liquidação futura dos referidos ativos.

(V) Riscos Decorrentes da Seleção das Naturezas de Destinação e Modalidades de Investimento da Carteira: O investimento em cotas de FUNCINE é uma aplicação em valores mobiliários de renda variável, o que pressupõe que a rentabilidade do cotista dependerá da valorização dos ativos da carteira do Fundo e de sua rentabilidade. Há riscos específicos a serem considerados para cada tipo de Projeto:

a) Produção, comercialização e distribuição de obras cinematográficas brasileiras de produção independente: A rentabilidade do investimento na produção e distribuição de obras audiovisuais advém, principalmente, das receitas de venda de ingressos, venda de *DVD* e *Home Video*, venda do direito de transmissão para TV fechada e aberta, além de outros direitos de comercialização. Nesse sentido, há o risco da obra não obter o sucesso comercial esperado e o retorno financeiro ficar abaixo do projetado. Com o intuito de mitigar esse risco, o Administrador fará uma análise rigorosa sobre a capacidade comercial de cada Projeto, que incluirá, dentre outras ações, a revisão de todos os contratos pré-existentes e a adoção de mecanismos para garantir ao Fundo retorno futuro sobre o Projeto, tais como a venda antecipada de direitos de distribuição e a estipulação de preferência no recebimento das receitas do Projeto.

b) Construção, recuperação e reforma de salas de exibição: A rentabilidade do investimento na construção, recuperação e reforma de salas de cinema advém da valorização imobiliária das salas e do resultado da administração dos imóveis, objeto do patrimônio do Fundo. Existe o risco de o imóvel ter uma rentabilidade abaixo do esperado devido a diversos fatores, dentre os quais se destacam: (a) baixa venda de ingressos, (b) desvalorização da área onde foi construído o imóvel, e

(c) inadimplência dos locatários. Com o intuito de mitigar esses riscos, o Administrador fará sempre uma análise criteriosa da localização das salas de exibição, levando em consideração: (a) a demanda e oferta local de salas de cinema, analisando a concorrência e características econômico-demográficas; (b) a perspectiva de valorização do imóvel; e (c) no caso de locação, a capacidade de pagamento dos locatários.

c) Aquisição de ações de companhias abertas de capital para produção, comercialização, distribuição ou exibição de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, bem como para prestação de serviços de infra-estrutura cinematográficas e audiovisuais: Os investimentos do Fundo em Projetos que envolvam a subscrição de ações em companhias abertas estão sujeitos a diversos riscos de distinta natureza. Estes riscos incluem aqueles inerentes às atividades das empresas investidas e do setor em que atuam. Além destes, as aplicações do Fundo nesta modalidade estarão sujeitas a todos os riscos usualmente associados ao investimento em ações negociadas em bolsa, tais como, falta de liquidez, volatilidade, exposição a fatores macroeconômicos e demais condições que possam afetar o comportamento do mercado. Os eventuais investimentos do Fundo em Projetos que envolvam a aquisição ou subscrição de ações de companhia de capital aberto deverão ser analisados pelo Administrador, de acordo com os métodos de avaliação e quantificação de risco recomendados pelas melhores práticas de análise, investimento e gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários negociados no mercado de capitais.

(VI) Riscos Relacionados à Concentração da Carteira: Poderá haver maior ou menor concentração dos investimentos do Fundo em um único Projeto, em determinados ativos financeiros ou modalidades de investimento. Com o intuito de mitigar esse risco, é vedado ao Fundo investir mais de 25% (vinte e cinco por cento) do seu patrimônio em um único Projeto e foram fixados limites mínimos de investimento nas modalidades previstas na Política de Investimento do Fundo, visando balancear a sua carteira de investimentos.

(VII) Risco de Atraso ou Não Conclusão dos Projetos: Os Projetos de produção e distribuição de obras audiovisuais e construção, recuperação e reforma de salas de cinema, via de regra, só começam a gerar receitas depois de sua conclusão. Na medida do possível e dentro dos limites de enquadramento de carteira ditados pelo Regulamento e pela ICVM 398, o Administrador, quando da análise e negociação do Projeto com as Empresas Titulares, procurará incluir mecanismos para mitigar esses riscos, dentre eles, a contratação de seguro de performance e escalonamento da liberação de recursos pelo Fundo aos Projetos, vinculado ao cumprimento de cronogramas de metas.

(VIII) Riscos inerentes à alteração da regulamentação dos FUNCINES e do tratamento fiscal dado aos investimentos em cotas de FUNCINES: O Fundo, seu Regulamento e este Prospecto foram concebidos pelo Administrador com base nas disposições da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e da ICVM 398, estando, portanto, sujeitos aos riscos normais decorrentes de eventuais alterações regulamentares. Tais alterações podem incluir modificações, dentre outras, ao tratamento fiscal dos investimentos em cotas de FUNCINES e aos limites e modalidades de Projetos que poderão receber investimento pelos mesmos, potencialmente afetando desde a capacidade do Administrador obter sucesso na colocação das cotas do Fundo junto a investidores, até a própria viabilidade e rentabilidade do Fundo. No caso de alterações que possam representar impactos negativos relevantes, o Administrador poderá cancelar a distribuição das cotas previamente ao encerramento da distribuição,

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

restituindo aos investidores os recursos eventualmente recebidos, na forma do disposto na ICVM 398 ou, ainda, caso o Fundo já se encontre em funcionamento, remeter o assunto à deliberação da Assembléia.

A DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO INCLUÍDA NESSE PROSPECTO NÃO PRETENDE SER COMPLETA OU EXAUSTIVA, SERVINDO APENAS COMO EXEMPLO E ALERTA AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUANTO AOS RISCOS A QUE ESTARÃO SUJEITOS OS INVESTIMENTOS NO FUNDO.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

ANEXO I

Instrumento de Constituição do Fundo

50/01/2007
OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MIAKON SOB. no. 01200819
SÃO PAULO, 30/10/2007

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO


Por este instrumento particular, o ADMINISTRADOR, BANCO FATOR S/A, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017 – 11º e 12º andares – Itaim Bibi, credenciado na CVM para exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório CVM nº 4341, de 30 de maio de 1997, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.644.196/0001-06, neste ato representado pelos seus diretores, Sr. José Carlos de Souza Santos, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 4.475.573 – SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 763.942.638-3, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Drausio, 578 Butantã, e Sr. João Orives Pichinin, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 4.460.602-3, SSP/SP e inscrito no CPF-MF sob o nº. 103.487.788-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Continental, 1021 apt. 81 – São Bernardo do Campo.

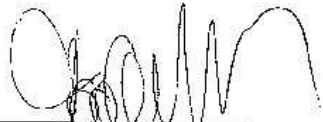
RESOLVE:

- 1) Constituir o FATOR FUNCINE - FUNDO DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL, designado, abreviadamente, FATOR FUNCINE, em regime de condomínio fechado, tendo o mesmo sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017 – 11º e 12º andares – Itaim Bibi.
- 2) Aceitar desempenhar as funções de ADMINISTRADOR na forma do Regulamento neste ato promulgado, sendo representado pelo Diretor Walter Appel, credenciado pela CVM como responsável pela Administração de Carteira.
- 3) Aprovar o Regulamento do FATOR FUNCINE - FUNDO DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL, conforme teor do documento anexo denominado REGULAMENTO.

São Paulo, 29 de outubro de 2007.

BANCO FATOR S/A


José Carlos de Souza Santos


João Orives Pichinin

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

ANEXO II

Regulamento do Fundo

REGULAMENTO FATOR FUNCINE
FUNDO DE FINANCIAMENTO DA
INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL

CAPITULO I
Do Fundo

Artigo 1 - O FATOR FUNCINE - FUNDO DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL ("Fundo"), é um fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Para efeito do disposto neste Regulamento e na Instrução CVM nº 398, de 28 de outubro de 2003 ("ICVM 398") e posteriores alterações, considera-se:

(I) - Projetos Aprovados pela ANCINE: aqueles projetos e/ou programas aprovados pela ANCINE – Agência Nacional de Cinema (“ANCINE”), que sejam destinados a:

- a) projetos de produção de obras audiovisuais brasileiras independentes realizadas por empresas produtoras brasileiras;
- b) construção, reforma e recuperação das salas de exibição de propriedade de empresas brasileiras;
- c) aquisição de ações de empresas brasileiras constituídas para produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, bem como para comercialização, distribuição, exibição de obras audiovisuais e para prestação de serviços de infra-estrutura cinematográficos e audiovisuais;
- d) projetos de comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente realizados por empresas brasileiras; e
- e) projetos de infra-estrutura realizados por empresas brasileiras.

(II) – Produção Independente: aquela obra audiovisual cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa por assinatura;

(III) - Empresa Titular de Projeto Aprovado pela ANCINE – empresa de capital predominantemente nacional que, podendo revestir-se de qualquer das formas societárias previstas em Lei, exceto para os projetos incluídos na alínea "c" do inciso I acima, é a responsável pela produção e/ou execução de Projeto Aprovado Pela ANCINE, bem como pela prestação de contas relativa à utilização dos recursos oriundos do FUNCINE, em nome da qual a aprovação do projeto é publicada no Diário Oficial da União, na forma da regulamentação da ANCINE; e

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

(IV) – **Empresa Brasileira:** sociedade constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja de titularidade direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

Parágrafo Segundo - O Fundo é destinado a receber aplicações, principalmente, mas não exclusivamente, de pessoas jurídicas que tenham interesse na promoção e desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira e, estejam sujeitas à tributação com base no lucro real, beneficiando-se da dedução de parcela do imposto de renda devido através do investimento em cotas do Fundo. O Administrador poderá, entretanto, aceitar subscrições de cotas do Fundo por parte de outros tipos de investidores nacionais ou estrangeiros.

CAPÍTULO
Da Administração do Fundo

Artigo 2º - O Fundo é administrado e gerido pelo **BANCO FATOR S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 1.017, 11ª e 12ª andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº. 33.644.196/0001-60, doravante designado simplesmente "Administrador".

Parágrafo Único - O Administrador indica como diretor responsável pela administração do Fundo, perante a CVM, o Sr. Walter Appel, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 3.687.627.SSP-SP e inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 345.684.178-72, com escritório na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017, 12º andar, na cidade e Estado de São Paulo.

Artigo 3º - O Administrador, observadas as limitações legais e as previstas na ICVM 398, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, bem como exercer todos os direitos inerentes aos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo ainda:

- (I) abrir e movimentar contas bancárias em nome do Fundo;
- (II) receber recursos, quando da emissão ou integralização de cotas, e realizar pagamentos, quando do resgate ou amortização de cotas ou da liquidação do Fundo;
- (III) receber dividendos e quaisquer outros rendimentos do Fundo;
- (IV) realizar a liquidação financeira de todas as operações do Fundo; e
- (V) realizar a distribuição das cotas do Fundo.

Parágrafo Único - O Administrador não está obrigado a prestar serviços de administração e gestão de carteira única e exclusivamente ao Fundo e não estará impedido de exercer todas as atividades que

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

constituem os seus objetos sociais, nos termos de seus estatutos sociais, enquanto Administrador do Fundo.

Artigo 4º - Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

(I) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:

(a) o registro de cotistas;

(b) o livro de atas das assembléias gerais de cotistas do Fundo (“Assembléias”);

(c) o livro de presença de cotistas;

(d) os pareceres do auditor independente;

(e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; e

(f) a documentação relativa às operações do Fundo, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

(II) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

(III) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo;

(IV) empregar, na defesa dos direitos dos cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-las, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;

(V) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;

(VI) custear as despesas com propaganda do Fundo, inclusive com a elaboração do seu Prospecto;

(VII) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo;

(VIII) manter as ações referidas na alínea "c", do Inciso I, do Parágrafo Primeiro do Artigo 1º supra, integrantes da carteira do Fundo, custodiadas em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

- (IX) exigir, por meio de cláusula contratual, que as Empresas Titulares encaminhem todos os contratos firmados com terceiros que implique na cessão de direitos patrimoniais ou de participação em receitas de Projetos investidos pelo Fundo;
- (X) pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, por dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na ICVM 398;
- (XI) elaborar e divulgar as informações previstas nos Capítulos X e XI da ICVM 398;
- (XII) manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;
- (XIII) observar as disposições constantes deste Regulamento; e
- (XIV) cumprir as deliberações da Assembléia.

Artigo 5º - É vedado ao Administrador, em nome do Fundo, praticar os seguintes atos:

- (I) receber depósito em conta corrente que não aquela de titularidade do Fundo;
- (II) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (III) prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- (IV) realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou de mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, ressalvadas as hipóteses de investimento nos Projetos, subscrição em distribuições públicas e exercício de direito de preferência;
- (V) vender cotas à prestação;
- (VI) conceder ou contrair empréstimos, adiantar rendas futuras aos cotistas ou abrir créditos sob qualquer modalidade;
- (VII) aplicar recursos no exterior;
- (VIII) aplicar recursos na aquisição de cotas do próprio Fundo;
- (IX) realizar operações do Fundo, quando caracterizada situação de conflito de interesses entre o Fundo e o Administrador;
- (X) onerar, sob qualquer forma, os ativos do Fundo;
- (XI) aplicar em mercados futuros ou de opções; e

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

(XII) adquirir imóveis, exceto para fins do disposto na alínea “b”, inciso I, Parágrafo Primeiro, artigo 1 deste Regulamento.

Artigo 6º - O Administrador será substituído nas seguintes hipóteses:

- (I) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;
- (II) renúncia;
- (III) destituição, por deliberação da Assembléia; ou
- (IV) liquidação extrajudicial do Administrador.

Parágrafo Primeiro - A CVM poderá, a qualquer tempo, descredenciar o Administrador que deixar de cumprir as normas legais ou regulamentares vigentes.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de descredenciamento do Administrador, a CVM deve nomear Administrador temporário, que deve convocar, imediatamente, a Assembléia para eleger seu substituto ou deliberar sobre a liquidação do Fundo.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de renúncia, o Administrador deverá comunicar sua decisão, mediante aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias, por intermédio de carta, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação escrita, endereçado a cada cotista do Fundo, ficando obrigado, no mesmo ato, a comunicar sua decisão à CVM.

Parágrafo Quarto - O Administrador, na hipótese prevista no Parágrafo Terceiro supra, permanecerá responsável pela administração do Fundo até que a Assembléia delibere pela sua substituição ou pela liquidação do Fundo.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de destituição do Administrador pela Assembléia, o Administrador deverá comunicar imediatamente tal fato à CVM.

Parágrafo Sexto - Nas hipóteses de renúncia, descredenciamento pela CVM ou destituição pela Assembléia, o Administrador ficará obrigado a convocar imediatamente a Assembléia para eleger seu substituto ou deliberar sobre a liquidação do Fundo.

Parágrafo Sétimo - É facultado ao representante dos cotistas, ou cotistas que detenham pelo menos 5% (cinco por cento) das cotas do Fundo, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembléia, caso o Administrador não o faça no prazo de 15 (quinze) dias contados do evento.

Parágrafo Oitavo - Na hipótese de liquidação extrajudicial do Administrador, caberá ao liquidante designado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") convocar a Assembléia, no prazo de 05 (cinco) dias

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

úteis, contados da data de publicação, no Diário Oficial da União, do ato que decretar a liquidação extrajudicial, a fim de deliberar sobre a eleição de novo Administrador ou pela liquidação do Fundo.

Parágrafo Nono - Se a Assembléia não eleger novo Administrador no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de publicação, no Diário Oficial da União, do ato que decretar a liquidação extrajudicial do Administrador, o BACEN nomeará uma nova instituição para processar a liquidação do Fundo, ficando a instituição liquidada obrigada a arcar com os custos de remuneração do Administrador assim nomeada.

Artigo 7º - Caberá ao Administrador a tarefa de seleção e substituição de membros da equipe de gestão do Fundo, devendo o Administrador empregar o necessário cuidado na seleção dos profissionais mais adequados e qualificados para exercer as funções que lhes serão atribuídas.

CAPITULO III
Da Remuneração do Administrador

Artigo 8º - Pela prestação de serviços ao Fundo, o Administrador receberá uma remuneração, distribuída conforme acordo existente entre ambos, composta de:

(I) uma Taxa de Administração correspondente a 3,0% (três por cento) ao ano, apurados sobre o patrimônio líquido do Fundo ("Patrimônio Líquido"), definido no Capítulo VIII desse Regulamento, provisionada e paga trimestralmente até o 10º (décimo) dia útil do primeiro mês de cada trimestre, a partir da data de vigência do Fundo; e

(II) um Prêmio de Desempenho, correspondente a 20% (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo Fundo que excederem os valores integralizados pelos cotistas, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), acrescido de 4% (quatro por cento) ao ano, desde a data da integralização das cotas até a data da distribuição ou liquidação do Fundo, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$PD = [VD-(VC-VDA)] \times 0,20$$

onde:

PD = Prêmio de Desempenho

VD = valor distribuído aos cotistas a título de amortização de quotas ou por ocasião da liquidação do Fundo.

VC = valor de integralização das cotas do Fundo, corrigido, desde a data de integralização até a data de amortização ou liquidação do Fundo, pela variação do IPCA + 4% (quatro por cento) ao ano.

VDA = soma das quantias já distribuídas aos cotistas, atualizadas, desde a data de sua distribuição até a data de cálculo, pela variação do IPCA + 4% (quatro por cento) ao ano, limitada ao VC.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Parágrafo Primeiro - Somente haverá pagamento de Prêmio de Desempenho quando o resultado da fórmula de cálculo do Inciso II, do *caput*, for positivo.

Parágrafo Segundo - Na falta ou extinção do IPCA previsto no Inciso II do *caput*, aplicar-se-á a variação do Índice Geral de Preços - Mercado, apurado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").

Parágrafo Terceiro - O Prêmio de Desempenho será calculado líquido da Taxa de Administração e será pago por ocasião das amortizações previstas no Artigo 52 deste Regulamento ou da liquidação do Fundo. As amortizações e liquidação do Fundo serão acompanhadas da respectiva memória de cálculo e de nota explicativa às demonstrações contábeis.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de substituição do Administrador, de acordo com o previsto no Artigo 55, Incisos I a IV, da ICVM 398, o Administrador fará jus ao recebimento do Prêmio de Desempenho, a ser pago *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo de suas funções e o prazo de duração do Fundo inicialmente previsto.

Parágrafo Quinto - O Administrador não fará jus ao recebimento do Prêmio de Desempenho no caso de ser substituída por má administração dolosa ou culposa ou má fé de sua parte.

Artigo 9º - O Administrador fará jus ao reembolso pelos cotistas das despesas incorridas na constituição do Fundo, até o valor de 1% (um por cento) do capital subscrito, desde que comprovadas, revisadas por auditor independente e aprovadas pela Assembléia.

CAPÍTULO IV
Da Contratação de Terceiros

Artigo 10º - As atividades a seguir serão exercidas pelos terceiros abaixo relacionados, sem prejuízo da responsabilidade do Administrador, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo 50, da ICVM 398:

(I) os serviços de escrituração de cotas e custódia dos ativos pertencentes à carteira do Fundo, serão exercidos pelo Banco Itaú S/A, instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº. 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.701.190/0001-04; e

(II) os serviços de auditoria, com responsabilidade pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação do Administrador, serão exercidos pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes - Sociedade Simples, auditor independente devidamente registrado na CVM, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12995 - 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Novo, CEP 04578.000, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.326.016/0001-99.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Parágrafo Único - Os contratos de prestação de serviços para o Fundo com os terceiros supra previstos encontram-se à disposição da CVM.

CAPÍTULO V
Do Comitê de Investimentos

Artigo 11 - Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador, será constituído um Comitê de Investimentos ao qual será subordinada a aplicação da política de investimento do Fundo ("Política de Investimento") definida no Capítulo VI desse Regulamento.

Artigo 12 - O Comitê será responsável pela fiscalização e controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas, e terá por prerrogativas:

- (I) determinar as diretrizes da Política de Investimento do Fundo;
- (II) deliberar sobre os investimentos nos Projetos;
- (III) acompanhar o desempenho do Fundo, através dos relatos do Administrador acerca do desempenho dos Projetos integrantes da carteira do Fundo;
- (IV) supervisionar os desinvestimentos nos Projetos integrantes da carteira do Fundo, e, quando solicitado pelo Administrador, opinar sobre condições de desinvestimentos;
- (V) deliberar sobre os desinvestimentos em ações de companhias integrantes da carteira do Fundo;
- (VI) deliberar sobre a prorrogação do período de investimento do Fundo ("Período de Investimento"), definido no Artigo 22 desse Regulamento; e
- (VII) deliberar sobre a alteração do critério de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, de acordo com o previsto do Artigo 26, Parágrafo Único, Inciso III, alínea "a" desse Regulamento.

Artigo 13 - O Comitê será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes indicados para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução. Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida por um novo membro, para tanto indicado mediante correspondência encaminhada ao Administrador pelos responsáveis pela indicação original do membro a ser substituído. O novo membro indicado completará o mandato do substituído.

Parágrafo Único - As partes abaixo referidas terão o direito, mas não a obrigação de indicar os membros do Comitê, exceto o Administrador que terá a obrigação de fazer tal indicação. A indicação dos membros obedecerá aos seguintes critérios:

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

- (I) o Administrador indicará 2 (dois) membros e seus respectivos suplentes;
- (II) os cotistas indicarão 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, sendo que cada cotista, ou grupo de cotistas, detentor(es) de 20% (vinte por cento) do total das quotas do Fundo, terá(ão) direito a eleger 1 (um) membro do Comitê de Investimentos.

Artigo 14 - O Comitê reunir-se-á sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem, mediante convocação pelo Administrador, enviará por correspondência, fac-símile ou correio eletrônico a cada membro, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, indicando a data, horário, local da reunião e respectivas matérias a serem nela tratadas.

Parágrafo Primeiro - A não observância pelo Administrador do prazo acima mencionado, resultará no direito de qualquer membro do Comitê solicitar a suspensão da reunião convocada, até que seja observado este prazo.

Parágrafo Segundo - O Administrador compromete-se a enviar aos membros do Comitê, em anexo à convocação, as informações necessárias à avaliação das propostas de investimento e desinvestimentos, quando aplicável, em Projetos a serem apresentadas na reunião do Comitê.

Parágrafo Terceiro - As informações deverão conter proposições específicas, justificadas pelos estudos e avaliações elaborados ou reunidos pelo Administrador.

Parágrafo Quarto - As reuniões do Comitê instalar-se-ão com a presença de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos referidos membros.

Parágrafo Quinto - Salvo previsão expressa em contrário neste Regulamento, as deliberações do Comitê serão adotadas com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos seus membros presentes à reunião e em pleno exercício do seu direito de voto, permitido o voto por escrito, por meio de fax, telegrama, carta, correio eletrônico ou qualquer outro meio escrito de comunicação.

Parágrafo Sexto - Nenhum investimento será realizado sem a aprovação do Comitê.

Parágrafo Sétimo - Nenhum desinvestimento em ações de companhias integrantes da carteira do Fundo será realizado sem a aprovação do Comitê.

Parágrafo Oitavo - As deliberações do Comitê deverão ser lavradas em ata elaborada pelo Administrador, a qual deverá ser assinada por todos os membros do Comitê presentes à reunião.

Parágrafo Nono - Todo membro do Comitê tem a obrigação de se abster de votar sobre qualquer assunto sob análise do Comitê que possa lhe envolver em real ou potencial conflito de interesse de qualquer natureza. Caso o Administrador venha a ser informado sobre qualquer real ou potencial conflito de interesse com relação a qualquer decisão a ser tomada por qualquer membro do Comitê, este deverá imediatamente comunicar o fato ao Comitê, que deliberará sobre o tratamento a ser dado à questão, inclusive se o membro em conflito poderá participar ou não da decisão. Caso o Administrador

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

venha a ser informado sobre qualquer real ou potencial conflito de interesse referente a decisões já tomadas pelo Comitê, este deverá convocar imediatamente o próprio Comitê para decidir sobre o assunto.

Parágrafo Décimo - As deliberações do Comitê não deverão servir, a qualquer tempo, ou sob qualquer pretexto, para eximir o Administrador, ou quaisquer outras instituições contratadas para prestar serviços ao Fundo, das obrigações, deveres e responsabilidades que lhes são respectivamente atribuídos por este Regulamento ou pela legislação.

Artigo 15 - Os membros do Comitê não farão jus a nenhuma remuneração por ocasião de sua nomeação nem por sua presença nas reuniões do Comitê.

CAPÍTULO VI
Da Política de Investimento

Artigo 16 - Constitui objetivo do Fundo proporcionar a melhor valorização possível das cotas por ele emitidas, mediante a implementação de uma Política de Investimento que observará as seguintes diretrizes, a serem implementadas pelo Administrador e/ou por terceiros contratados:

(I) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos aplicados no Fundo deverão ser direcionados a Projetos Aprovados pela ANCINE de:

(a) produção de obras audiovisuais brasileiras independentes realizadas por empresas produtoras brasileiras;

(b) comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente realizados por empresas brasileiras, com ou sem adiantamento, conforme previsto no Artigo 5º, Inciso II, último item, da Instrução Normativa nº. 17 da ANCINE;

(II) no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados em Projetos Aprovados pela ANCINE de:

(a) construção, reforma e recuperação das salas de exibição de propriedade de empresas brasileiras;

(b) aquisição de ações de empresas brasileiras constituídas para a produção, comercialização, distribuição e exibição de obras audiovisuais brasileiras de Produção Independente, bem como para prestação de serviços de infra-estrutura cinematográficos e audiovisuais;

(c) projetos de infra-estrutura realizados por empresas brasileiras.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

(III) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicado em um único Projeto.

(IV) No máximo 10% (dez por cento) da carteira do Fundo poderá ser representada por títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do BACEN, registrados em sistemas de negociação, compensação e liquidação administrados por entidades autorizadas pela CVM ou pelo BACEN,

Parágrafo Primeiro – Fica estabelecido que os percentuais estabelecidos no *caput* deste artigo se aplicam sobre o capital relativo às cotas subscritas e integralizadas do Fundo, sendo que, no mínimo 90% (noventa por cento) dos recursos aplicados no Fundo deverão ser direcionados para empreendimentos das espécies enumeradas no Inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1º deste Regulamento, enquanto que a parcela do patrimônio do Fundo não comprometida com as aplicações ora referidas será constituída por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e/ou pelo BACEN.

Parágrafo Segundo - Os investimentos nas espécies de destinação elencadas nas alíneas "a", "b" e "d" do Inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1 deste Regulamento, deverão se dar através de contrato a ser firmado entre o Administrador, em nome e representação do Fundo, e a Empresa Titular do Projeto Aprovado pela ANCINE, devendo conter as seguintes especificações:

- (I) denominação do Projeto;
- (II) número de registro e data de aprovação do Projeto na ANCINE;
- (III) qualificação da Empresa Titular do Projeto Aprovado pela ANCINE, com os números de registro no CNPJ e na inscrição estadual ou municipal;
- (IV) especificação dos direitos assegurados no empreendimento em contrapartida ao investimento através do Fundo e da forma de participação do Fundo nos resultados do empreendimento em questão;
- (V) garantias, se houver;
- (VI) prazo para a conclusão do Projeto;
- (VII) sanções e multas pelo não cumprimento das cláusulas contratuais;
- (VIII) assinatura autorizada do responsável pela empresa titular do projeto receptor dos investimentos;
- (IX) obrigação das Empresas Titulares submeterem à anuência do Fundo todos os contratos firmados com terceiros que impliquem na cessão de direitos patrimoniais ou de participação em receitas de Projetos investidos pelo Fundo.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Parágrafo Terceiro - No caso de investimentos nas espécies de destinação elencada na alínea “a” do Inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1 deste Regulamento, deverá estar previsto em contrato ou em declaração da Empresa Titular do Projeto Aprovado pela ANCINE que as obras audiovisuais objeto do investimento do Fundo têm a sua, veiculação e difusão garantidas, no prazo e forma especificados nos referidos contratos ou declaração, conforme o caso.

Parágrafo Quarto - Os investimentos nas espécies de destinação elencadas na alínea "b" do Inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1 deste Regulamento poderão se dar por meio de qualquer forma legal que garanta ao Fundo participação nos resultados do Projeto em questão.

Parágrafo Quinto - Os Investimentos na espécie de destinação elencada na alínea “c” do Inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1 deste Regulamento, deverão se dar através de aquisição de ações das referidas companhias pelo Fundo em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Parágrafo Sexto - Em contrapartida aos investimentos do Fundo nos Projetos Aprovados pela ANCINE de que tratam as Alíneas “a”, “b” e “d” do Inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1 deste Regulamento, o Administrador deverá envidar melhores esforços para divulgar a imagem dos cotistas, na proporção de suas participações no Fundo, através das peças de comunicação ou de quaisquer outros veículos de publicidade e/ou promoção dos Projetos Aprovados pela ANCINE. Os cotistas que não desejarem divulgar a sua imagem através dos Projetos deverão comunicar o Administrador.

Artigo 17 - As empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens e as prestadoras de serviços de telecomunicações não poderão deter o controle acionário das companhias referidas na alínea “c” do inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1 deste Regulamento.

Artigo 18 - É vedada a aplicação de recursos do Fundo em projetos que tenham participação majoritária de cotista do Fundo.

Artigo 19 - As obras audiovisuais de natureza publicitária, esportiva ou jornalística não poderão ser objeto de investimento do Fundo.

Artigo 20 - Os contratos, instrumentos, formas legais ou declarações a que se referem os Parágrafos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto do Artigo 16 supra, deverão ser mantidos, de forma atualizada, nas dependências do Administrador à disposição dos cotistas.

Artigo 21 - Considera-se fato relevante, nos termos do Artigo 62 da ICVM 398, quaisquer alterações nos contratos referem os Parágrafos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto do Artigo 16 deste Regulamento.

Artigo 22 - Respeitado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para enquadramento da carteira do Fundo, prazo este que poderá ser prorrogado pela CVM, nos termos do Artigo 78 da ICVM 398, o Período de Investimento do Fundo será de 3 (três) anos a contar da data de sua autorização para funcionamento, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano a critério do Comitê, não podendo ocorrer

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

novos investimentos após o término do Período de Investimento, mesmo que o valor total do capital subscrito do Fundo não tenha sido investido.

Parágrafo Único - Excetuam-se ao disposto no caput desse artigo os investimentos para capitalizações de Projetos Aprovados pela ANCINE já aprovados pelo Comitê ou integrantes da carteira do Fundo, os quais poderão ser efetuados no prazo de até 2 (dois) anos após o término do Período de Investimento.

Artigo 23 - Em seguida ao Período de Investimento haverá o período de desinvestimento do Fundo ("Período de Desinvestimento"), cujo prazo de duração será de 3 (três) anos, podendo ser reduzido para 2 (dois) anos, caso o Período de Investimento seja prorrogado pelo Comitê, conforme previsto no caput do Artigo 22, ou prorrogado por até 2 (dois) anos, caso o prazo de duração do Fundo seja prorrogado pela Assembléia, de acordo com o previsto no caput do Artigo 67.

Parágrafo Primeiro - Os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das cotas do Fundo, observado o disposto no Artigo 52 e seus parágrafos desse Regulamento.

Parágrafo Segundo - Sempre que for do interesse do Fundo, o Administrador deverá alienar, trocar, substituir, ou, de qualquer outra forma, transferir ativos do Fundo, respeitadas as regras da composição de sua carteira, restando claro que, na hipótese de desmobilização temporária dos ativos, necessária para fazer frente às referidas mudanças de posição e composição de carteira, os recursos disponíveis devem ser depositados em banco comercial ou múltiplo, com carteira comercial, em nome do Fundo, sendo obrigatória sua aplicação em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e/ou pelo BACEN até a determinação de seu destino final.

Artigo 24 - O descumprimento dos limites de composição e diversificação de carteira, após o prazo especificado no Artigo 78 da ICVM 398 ou da prorrogação autorizada pela CVM, conforme o caso, deve ser imediatamente justificado perante a CVM que, sem prejuízo das penalidades cabíveis, pode determinar ao Administrador a convocação da Assembléia para decidir sobre uma das seguintes alternativas:

- (I) transferência da administração do Fundo;
- (II) incorporação a outro fundo; ou
- (III) liquidação do Fundo.

CAPÍTULO VII
Do Co-Investimento

Artigo 25 - Sempre que o Fundo deixar de realizar a totalidade do investimento disponível em um Projeto Aprovado pela ANCINE, o Fundo buscará promover oportunidades de co-investimento aos seus

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

cotistas, pelo menos na proporção das suas respectivas participações no Fundo, em condições similares às do Fundo.

Parágrafo Único - Não será vedado ao Administrador co-investir com o Fundo em Projetos Aprovados pela ANCINE, desde que em igualdade de condições e em situações que não caracterizem conflito de interesses entre o Fundo e o Administrador.

CAPÍTULO VIII
Do Patrimônio Líquido

Artigo 26 - O Patrimônio Líquido do Fundo é constituído pela soma: (i) do disponível, (ii) do valor da carteira, e (iii) dos valores a receber, deduzidas de tal soma as exigibilidades.

Parágrafo Único - A avaliação das cotas do Fundo será feita ordinariamente pela instituição custodiante contratada pelo Administrador, ao final de cada mês, utilizando-se, na avaliação dos valores mobiliários integrantes da carteira, os seguintes critérios:

(I) – Os direitos sobre projetos de (a) produção de obras audiovisuais brasileiras independentes realizadas por empresas produtoras brasileiras; e (b) comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente realizados por empresas brasileiras, com ou sem adiantamento, conforme previsto no Artigo 5º, Inciso II, último item, da Instrução Normativa nº. 17 da ANCINE, serão avaliados pelo preço de custo de aquisição atualizado pelo IPCA até o mês em que o Fundo receber as primeiras receitas referentes aos respectivos Projetos Aprovados pela ANCINE. A partir do recebimento da primeira receita de cada Projeto Aprovado pela ANCINE, o seu direito de comercialização será depreciado linearmente e integralmente com base mensal, até a liquidação do Fundo.

(II) Os direitos sobre projetos de (a) construção, reforma e recuperação das salas de exibição de propriedade de empresas brasileiras; e (b) de infra-estrutura realizados por empresas brasileiras, serão avaliados a preço de custo, atualizado pelo IPCA ou, conforme o caso, pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor dos direitos adquiridos, sendo adquirido por terceiros;

(III) as ações de companhias sem cotação em bolsa ou em mercado de balcão organizado e as ações ou cotas de empresas, veículo de investimento na espécie de destinação prevista na alínea c, do inciso I, do Parágrafo Primeiro, do Artigo 1º deste Regulamento, sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, serão avaliadas pelo custo de aquisição corrigido pelo IPCA ou, conforme o caso:

(a) pela variação do patrimônio líquido das companhias investidas, por solicitação do Administrador e aprovação do Comitê;

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

- (b) pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo Fundo, no qual terceiros tenham adquirido participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da companhia investida;
 - (c) pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital da companhia investida sendo adquirido por terceiros;
 - (d) pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM n 340, de 29 de junho de 2000;
- (IV) as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado no último dia de negociação do semestre civil; e
- (V) os títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário.

CAPÍTULO IX
Da Assembléia Geral de Cotistas

Artigo 27 - Compete privativamente à Assembléia deliberar sobre:

- (I) as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (II) a substituição do Administrador;
- (III) a fusão, a incorporação, a cisão ou a liquidação do Fundo;
- (IV) o aumento na Taxa de Administração e no Prêmio de Desempenho;
- (V) a emissão de novas cotas do Fundo;
- (VI) a alteração da Política de Investimento do Fundo; e
- (VII) a alteração do Regulamento do Fundo.

Artigo 28 - As deliberações da Assembléia, que pode ser instalada com a presença de representantes legais de pelo menos 1 (um) cotista do Fundo, serão tomadas pelo critério da maioria das cotas de titularidade dos cotistas presentes, sendo atribuído um voto a cada cota.

Parágrafo Único - As matérias previstas nos Incisos III, IV, V, VI e VII do Artigo 27 supra somente podem ser aprovadas pelo voto dos cotistas que detenham a maioria absoluta das cotas emitidas.

Artigo 29 - Somente podem votar na Assembléia os cotistas do Fundo e seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 01 (um) ano.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Artigo 30 - O Administrador e seus funcionários não podem votar na Assembléia.

Artigo 31 - A convocação da Assembléia deve ser feita mediante correspondência enviada aos cotistas.

Parágrafo Primeiro - Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembléia será feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para a sua realização.

Parágrafo Terceiro - Não havendo quorum suficiente, O Administrador promoverá nova convocação dos cotistas, na forma estabelecida no caput do presente artigo, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data prevista para sua realização, e será instalada com qualquer número de cotistas.

Parágrafo Quarto - Independentemente das formalidades de convocação de cotistas previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia a que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 32 - A Assembléia deve ser convocada pelo Administrador anualmente, até o dia 30 de junho, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso I, do Artigo 27 supra.

Artigo 33 - Além da convocação prevista no artigo anterior, a Assembléia pode ser convocada, a qualquer tempo, pelo Administrador ou por cotista ou grupo de cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas subscritas.

Parágrafo Único - Quando a realização da Assembléia for motivada pela iniciativa de cotista(s), o Administrador deve realizar a convocação em até 30 (trinta) dias às expensas do(s) requerente(s), salvo se a Assembléia assim convocada deliberar em contrário.

Artigo 34 - As deliberações da Assembléia poderão ser tomadas mediante processo de consulta, por escrito, formalizada pelo Administrador e dirigida a cada cotista, com aviso de recebimento.

Parágrafo Primeiro - Da consulta formalizada deverão constar todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo Segundo - A ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como ausência do cotista, sendo desconsiderado o seu voto para todos os fins.

Artigo 35 - O resumo das decisões da Assembléia deverá ser comunicado por correspondência a cada cotista, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua realização.

Artigo 36 - As modificações do Regulamento do Fundo aprovadas em Assembléia passam a vigorar a partir da data de protocolo dos seguintes documentos, perante a CVM:

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

- (I) declaração do Administrador, atestando ter sido enviada correspondência a todos os cotistas, de que conste, especificamente, a matéria a ser deliberada;
- (II) lista de cotistas presentes na Assembléia;
- (III) cópia da ata da Assembléia;
- (IV) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (V) modificações procedidas no Prospecto, se houver.

Artigo 37 - O Regulamento do Fundo pode ser alterado, independentemente de Assembléia ou de consulta formalizada aos cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigência expressa da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares ou, ainda, em virtude da atualização de endereço do Administrador.

Parágrafo Único - Essas alterações devem ser comunicadas aos cotistas, por correspondência, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Artigo 38 - O Administrador tem o prazo de até 30 (trinta) dias para proceder às alterações determinadas pela CVM, contados do recebimento da correspondência que formular as referidas exigências.

CAPÍTULO X

Das Cotas, sua Emissão, Distribuição, Negociação e Amortização

Artigo 39 - As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido, devendo ser escriturais.

Artigo 40 - O valor da cota é resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de cotas do Fundo, calculado, no mínimo, semestralmente, com base nas correspondentes demonstrações contábeis.

Artigo 41 - A condição de cotista é caracterizada pela inscrição no registro de cotistas.

Parágrafo Único - No caso de cotas depositadas em câmaras de liquidação e custódia, admite-se que o registro de propriedade seja mantido por aquela entidade, na forma aplicável a ações emitidas por companhias abertas.

Artigo 42 - A titularidade das cotas do fundo confere aos cotistas igualdade de direitos, inclusive no tocante a prazos, taxas e despesas, sendo atribuído a cada cota o direito a um voto nas Assembléias.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Artigo 43 - Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deve atestar, por meio de termo de adesão, que recebeu o Prospecto e o Regulamento do Fundo e que tomou ciência de sua Política de Investimento.

Parágrafo Único - O Administrador deve manter à disposição da fiscalização da CVM o termo de adesão referido neste artigo, devidamente assinado pelo cotista, ou sistema eletrônico reconhecido por auditoria de sistemas, que garanta o atendimento ao disposto no caput.

Artigo 44 - Na emissão inicial de cotas do Fundo, o valor da cota será estabelecido mediante a divisão do valor total da emissão pelo número de cotas emitidas.

Parágrafo Único - O valor mínimo de subscrição, por investidor, será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Artigo 45 - A integralização de cotas poderá ser realizada em moeda corrente nacional, bens e direitos.

Parágrafo Primeiro - A integralização em bens e direitos deverá ser feita com base em laudo de avaliação elaborado por 3 (três) peritos ou por empresa especializada independente, devidamente fundamentado com a indicação dos critérios de avaliação, elementos de comparação adotados e aprovado pelo Administrador.

Parágrafo Segundo – Será permitida a integralização de cotas do Fundo com ações, desde que observados os procedimentos previstos na Decisão Conjunta CVM/SPC nº 10 e a Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003.

Parágrafo Terceiro - A integralização das cotas deverá ser realizada por Transferência Eletrônica Disponível (“TED”) e será concomitante à conferência, pelo cotista do Fundo, dos bens e direitos, na forma estabelecida neste Regulamento.

Artigo 46 - A cota do Fundo pode ser transferida, privadamente, mediante termo de cessão e transferência, assinado pelo cedente e o cessionário, e registrado em cartório de títulos e documentos.

Artigo 47 - É permitida a negociação, fora de bolsas de valores ou mercado de balcão, das cotas do Fundo nelas admitidas, nas seguintes hipóteses:

- (I) quando destinada à distribuição pública, durante o período da respectiva distribuição; ou
- (II) quando relativa à negociação privada.

Artigo 48 - A subscrição total das cotas do Fundo deve ser encerrada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do início da distribuição, ficando vedada a sua negociação, alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, pelos subscritores, a terceiros até que a distribuição se encerre.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Parágrafo Primeiro - Caso o número mínimo de cotas previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 51 abaixo não seja totalmente subscrito no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do início de distribuição, os valores obtidos durante a distribuição de cotas devem ser imediatamente rateados entre os subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo.

Parágrafo Segundo - No caso do parágrafo anterior, o Administrador poderá optar por reduzir o número total de cotas a ser emitido, readequando as participações percentuais relativas às cotas já colocadas, desde que obtenha, por escrito, a concordância formal dos subscritores com relação às novas condições e efetue a devolução do valor integralizado, devidamente remunerado pelo tempo decorrido, aos subscritores discordantes.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de, durante o processo de distribuição de cotas, o Administrador decidir alterar alguma das condições previamente divulgadas, deve ser suspensa a distribuição, obtida a concordância dos subscritores com relação às novas condições e efetuada a devolução do valor integralizado, devidamente remunerado pelo tempo decorrido, aos subscritores que não concordarem com as novas condições.

Parágrafo Quarto - Depois de completado o procedimento do Parágrafo Terceiro acima, deverá ser feita a correção do Prospecto e do que mais for devido e ser publicado novo anúncio do início de distribuição, nos termos do Artigo 26 da ICVM 398, previamente ao seu reinício.

Artigo 49 - As importâncias recebidas na integralização de cotas, durante o processo de distribuição de cotas do Fundo, devem ser depositadas em banco comercial, ou múltiplo com carteira comercial, em nome do Fundo, sendo obrigatória sua imediata aplicação em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e/ou pelo BACEN até o enquadramento de sua carteira.

Parágrafo Único - O Administrador deve remeter mensalmente à CVM, durante o período de distribuição, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do encerramento do mês, demonstrativo das aplicações da carteira.

Artigo 50 - Somente poderá ser iniciada nova distribuição de cotas do Fundo após totalmente subscrita e integralizada a distribuição anterior, bem como aprovada pelos cotistas do Fundo em Assembléia, conforme previsto no Artigo 27 e seguintes deste Regulamento, observando-se que na emissão de novas cotas do Fundo, deverá ser utilizado o valor nominal da cota, na data de referida nova emissão, calculado de acordo com o determinado no Artigo 40 supra.

Parágrafo Primeiro - Após a constituição e início de funcionamento do Fundo, no caso de nova emissão e distribuição de cotas do Fundo, os valores relativos à nova distribuição de cotas devem ser escriturados separadamente das demais aplicações do Fundo, até o encerramento da distribuição.

Parágrafo Segundo - Na proporção do número de cotas que possuírem, os cotistas terão preferência para a subscrição de novas cotas, desde que o exerçam dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do anúncio de emissão de novas cotas ou do recebimento de correspondência a esse respeito que lha

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

tenha sido enviada pelo Administrador. Para os efeitos do exercício da preferência, as cotas possuídas pelos cotistas serão aquelas que estiverem registradas 10 (dez) dias antes da publicação ou do envio da correspondência.

Artigo 51 - A emissão inicial de cotas do Fundo corresponde a 600 (seiscentas) cotas com o valor unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalizando R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), observado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - O Administrador poderá dar por encerrado o prazo de subscrição quando forem subscritas 150 (cento e cinquenta) cotas do Fundo, totalizando R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), valor correspondente ao capital subscrito mínimo do Fundo, ocasião em que o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para o início do funcionamento do Fundo.

Parágrafo Segundo - Quando da subscrição das cotas do Fundo, cada cotista assinará um boletim de subscrição, pelo qual se comprometerá a integralizar imediatamente o valor subscrito.

Parágrafo Terceiro - Do boletim de subscrição constarão:

- (I) nome e qualificação do subscritor;
- (II) número de cotas subscritas; e
- (III) valor da cota e valor total subscrito.

Parágrafo Quarto - Os cotistas estão isentos do pagamento de qualquer comissão e não será cobrada taxa de ingresso ou de saída dos cotistas.

Artigo 52 - Após o Período de Investimento, os recursos oriundos da liquidação total ou parcial dos investimentos que integram a carteira do Fundo, assim como os dividendos, bônus ou quaisquer outros valores recebidos pelo Fundo em decorrência de tais investimentos, serão utilizados preferencialmente para amortização das cotas do Fundo.

Parágrafo Primeiro - A amortização incidirá sobre o valor da cota. Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou liquidação do Fundo.

Parágrafo Segundo - Se a liquidação dos investimentos realizados pelo Fundo ou o pagamento de dividendos, bônus e quaisquer outros valores decorrentes de tais investimentos ocorrerem durante o Período de Investimento, o Administrador, a seu exclusivo critério, poderá optar pela amortização de cotas no valor total dos recursos obtidos ou pelo seu reinvestimento.

Parágrafo Terceiro - Se a liquidação dos investimentos realizados pelo Fundo ou o pagamento de dividendos, bônus e quaisquer outros valores decorrentes de tais investimentos ocorrerem durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos serão preferencialmente destinados à amortização de

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

cotas, observada a constituição e manutenção da Reserva de que trata o Parágrafo Quinto infra, ressalvado ainda que tais recursos poderão ser reinvestidos conforme deliberação do Comitê.

Parágrafo Quarto - Será respeitada uma reserva de recursos líquidos do Fundo ("Reserva") de no mínimo 2% (dois por cento) do capital subscrito do Fundo, para fazer frente aos encargos do Fundo.

Parágrafo Quinto - Caso a Reserva atinja um montante inferior ao previsto no Parágrafo Quarto supra, o Administrador, para atender as necessidades de caixa do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério, reter parte ou a totalidade dos recursos obtidos na liquidação de ativos, como também dos dividendos, bônus ou quaisquer outros valores recebidos pelo Fundo, nos termos do caput deste artigo, para recompor a Reserva até o valor de 5% (cinco por cento) do capital subscrito do Fundo.

Parágrafo Sexto - As amortizações previstas no caput desse artigo serão pagas aos cotistas, em moeda corrente nacional, ao final de cada semestre civil, durante o Período de Desinvestimento, ou extraordinariamente, quando houver valor relevante a ser distribuído, a critério do Administrador.

Parágrafo Sétimo - A amortização de cotas será feita através de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do cotista, ou ainda por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED.

CAPÍTULO XI
Dos Encargos do Fundo

Artigo 53 - Constituem encargos do Fundo, além da remuneração do Administrador, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas do Fundo pelo Administrador:

- (I) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (II) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e publicações, previstas na ICVM 398 ou na regulamentação pertinente, com exceção do Prospecto;
- (III) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- (IV) honorários e despesas do auditor independente;
- (V) emolumentos e comissões pagas por operações do Fundo;
- (VI) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

(VII) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;

(VIII) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação; e

(IX) despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e ações.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

CAPÍTULO XII
Das Demonstrações Financeiras e dos Relatórios de Auditoria

Artigo 54 - O Fundo terá escrituração contábil própria, de modo que suas contas e demonstrações contábeis devem ser segregadas das relativas ao Administrador.

Parágrafo Único - O exercício social do Fundo tem duração de um ano, com início em 01 (um) de janeiro e término em 31 (trinta e um) de dezembro.

Artigo 55 - As demonstrações contábeis do Fundo relativas aos períodos findos em 31 de março e 30 de setembro estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.

Artigo 56 - As demonstrações contábeis do Fundo devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao Administrador, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período a que se referirem.

Artigo 57 - As demonstrações contábeis devem ser auditadas, semestralmente, por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício da atividade.

Artigo 58 - Nos casos de liquidação do Fundo, o auditor independente deve emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do Patrimônio Líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações contábeis auditadas e a data da efetiva liquidação do Fundo, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Parágrafo Único - Em seu parecer, o auditor deve ainda atestar se os valores das amortizações foram ou não efetuados em condições equitativas e de acordo com a regulamentação pertinente, bem como a inexistência de débitos, créditos, ativos ou passivos não contabilizados.

Artigo 59 - O auditor deve manifestar-se sobre o parâmetro utilizado para as conversões dos valores das cotas do Fundo, nos casos de incorporação, fusão ou cisão, bem como sobre o valor das cotas do Fundo resultantes de tais operações.

CAPÍTULO XIII

Das Informações

Artigo 60 - O Administrador é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante, de modo a garantir a todos os cotistas acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar suas decisões quanto à permanência no Fundo ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição das cotas.

Parágrafo Único - As informações previstas neste artigo devem estar disponíveis para os cotistas na sede do Administrador e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos cotistas.

Artigo 61 - O Administrador está obrigado a remeter semestralmente aos cotistas, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do encerramento do período a que se referirem, extrato de conta contendo:

- (I) nome do Fundo e o número de seu registro no CNPJ;
- (II) nome, endereço e número de registro do Administrador no CNPJ;
- (III) nome do cotista;
- (IV) saldo e valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo;
- (V) local e data de emissão; e
- (VI) demonstrações contábeis do Fundo.

Parágrafo Único - O Administrador deverá, adicionalmente, remeter aos cotistas, no prazo e periodicidade especificados no caput, o relatório semestral ("Relatório Semestral").

Artigo 62 - Além de outros que o Administrador julgar relevantes, o Relatório Semestral deve abordar os seguintes aspectos:

- (I) informações básicas, compreendendo:
 - (a) rentabilidade auferida; e
 - (b) demonstrações contábeis, acompanhadas do parecer do auditor independente;
- (II) análise da carteira do Fundo em face da estratégia adotada e dos objetivos da Política de Investimento;
- (III) apresentação de desempenho, compreendendo evolução do valor da cota no último dia de cada semestre dos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

(IV) taxa de administração em moeda corrente e em percentual do Patrimônio Líquido do Fundo;

(V) despesas incorridas em nome do Fundo, informando:

(a) valor total debitado, discriminando os principais tipos de despesas; e

(b) percentual do valor debitado como despesas em relação ao Patrimônio Líquido médio do Fundo;

(VI) a mudança do Administrador ou de seus diretores responsáveis;

(VII) descrição dos negócios realizados no semestre, especificando, em relação a cada um, os objetivos, os montantes dos investimentos feitos, as receitas auferidas, a origem dos recursos investidos, bem como a rentabilidade apurada no período;

(VIII) programa de investimentos para o semestre seguinte;

(IX) informações, baseadas em premissas e fundamentos devidamente explicitados, sobre:

(a) a conjuntura econômica do segmento da indústria cinematográfica em que se concentrarem as operações do Fundo relativas ao semestre findo; e

(b) as perspectivas do Administrador para o semestre seguinte;

(X) relação das obrigações contraídas no período.

Artigo 63 - Caso o cotista não tenha comunicado ao Administrador a atualização de seu endereço, a remessa de informações previstas neste Regulamento não é obrigatória, se a última correspondência enviada tiver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

Artigo 64 - O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, as seguintes informações:

(I) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e

b) número de cotas emitidas.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

(II) semestralmente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do encerramento do semestre a que se referirem:

a) relatório semestral;

b) parecer do auditor Independente, relativo às demonstrações contábeis; e

c) relação das demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra administração do Fundo, indicando a data do seu início, o estágio em que se encontraram a solução final, se houver.

Artigo 65 - As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Prospecto, o Regulamento do Fundo, ou com o Relatório Semestral protocolado na CVM.

Artigo 66 - Nenhum material de divulgação pode assegurar ou sugerir garantia de resultados futuros ou isenção de risco para o investidor.

CAPÍTULO XIV
Do Prazo de Duração e da Liquidação

Artigo 67 - O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados a partir da data de autorização para funcionamento pela CVM, podendo este prazo ser prorrogado, caso as condições de mercado ao seu final não favoreçam a liquidação dos ativos, por até mais 2 (dois) anos, mediante aprovação da maioria absoluta das cotas subscritas do Fundo, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Primeiro - Ao final de seu prazo de duração ou de sua prorrogação, o Fundo entrará em liquidação.

Parágrafo Segundo - Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais aplicáveis ao Fundo estabelecidas pela CVM.

Artigo 68 - Na hipótese de liquidação do Fundo por deliberação da Assembléia, o Administrador promoverá a divisão de seu patrimônio entre os cotistas, na proporção de suas cotas, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da realização da Assembléia.

Parágrafo Primeiro - Durante o prazo de liquidação do Fundo, as quantias relativas á alienação de ativos integrantes do seu patrimônio serão aplicadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN.

Parágrafo Segundo - Encontrando dificuldade na alienação, a preço justo, de ativos de baixa liquidez, o Administrador convocará a Assembléia para deliberar sobre a destinação de tais ativos, devendo,

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

contudo, em relação aos ativos já alienados, proceder em conformidade com o disposto no caput, dentro do prazo nele previsto.

Parágrafo Terceiro - Após a alienação integral do patrimônio do Fundo, o Administrador disponibilizará o valor correspondente a cada cotista em uma mesma data, nos 5 (cinco) dias após o encerramento do prazo previsto no *caput*.

Parágrafo Quarto - Na hipótese em que, no processo de liquidação dos ativos do Fundo, não seja possível ao Administrador transformar determinados ativos em moeda corrente nacional, tais ativos remanescentes e não liquidados passarão a ser detidos em condomínio pelos cotistas, na proporção de suas respectivas cotas, aplicando-se a legislação civil que regula a matéria.

CAPÍTULO XV
Das Disposições gerais

Artigo 69 – Os cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, tributados pelo lucro real, poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas do Fundo.

Parágrafo Primeiro - A dedução referida no *caput* deste artigo pode ser utilizada de forma alternativa ou conjunta com a referida nos artigos 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993.

Parágrafo Segundo - No caso das pessoas físicas, a dedução prevista no *caput* deste artigo fica sujeita ao limite de 6% (seis por cento) conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 (“Lei nº 9.532”).

Parágrafo Terceiro - Somente são dedutíveis do imposto devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas do Fundo:

- (I) pela pessoa física, no ano-calendário a que se referir a declaração de ajuste anual; e
- (II) pela pessoa jurídica, no respectivo período de apuração de imposto.

Artigo 70 - A dedução de que trata o artigo 69 acima incidirá sobre o imposto devido:

- (I) no trimestre a que se referirem os investimentos, para as pessoas jurídicas que apuram o lucro real trimestral;
- (II) no ano-calendário, para as pessoas jurídicas que, tendo optado pelo recolhimento do imposto por estimativa, apuram o lucro real anual.
- (III) no ano-calendário, conforme ajuste em declaração anual de rendimentos para a pessoa física.

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

Parágrafo Primeiro - Em qualquer hipótese, não será dedutível a perda apurada na alienação das cotas do Fundo.

Parágrafo Segundo - A dedução prevista neste artigo está limitada a 3% (três por cento) do imposto devido pelas pessoas jurídicas e deverá observar o limite previsto no inciso II do caput do art. 6º da Lei nº 9.532.

Parágrafo Terceiro - A pessoa jurídica que alienar as cotas do Fundo somente poderá considerar como custo de aquisição, na determinação do ganho de capital, os valores deduzidos na forma do caput deste artigo na hipótese em que a alienação ocorra após 5 (cinco) anos da data de sua aquisição.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese, não será dedutível a perda apurada na alienação das quotas do Fundo.

Artigo 71 - Os rendimentos e ganhos líquidos e de capital auferidos pela carteira do Fundo ficam isentos do imposto de renda.

Parágrafo Primeiro - Os rendimentos, os ganhos de capital e os ganhos líquidos decorrentes de aplicação em Fundo sujeitam-se às normas tributárias aplicáveis aos demais valores mobiliários no mercado de capitais.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo resgate de cotas do Fundo, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação do fundo, sobre o rendimento do cotista, constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas, incidirá imposto de renda na fonte à alíquota de 20% (vinte por cento).

Artigo 72 - Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para solucionar os descentendimentos ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento:

Artigo 73 - Este Regulamento está baseado na ICVM 398 e demais atos normativos que dispõem sobre a constituição, o funcionamento e a administração do Fundo, que integram o presente.

Artigo 74 - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico e fac-símile como uma forma de correspondência válida entre o Administrador e os cotistas.

Os representantes do Administrador assinam este Regulamento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2008.

BANCO FATOR S. A.
Administrador

Fator Funcine
Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

ANEXO III

Declaração do art. 56 da ICVM 400

DECLARAÇÃO

BANCO FATOR S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 1.017, 11ª e 12ª andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº. 33.644.196/0001-60 ("Administrador"), na qualidade de Administrador do **FATOR FUNCINE - FUNDO DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL** ("FUNCINE"), fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.187.537/0001-87 cujo pedido de funcionamento e registro de distribuição pública de cotas ("Oferta") está sob análise desta D. Comissão, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, vem, no âmbito da Oferta, declarar nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03 que:

- (i) o Prospecto Definitivo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores sobre a Oferta, as cotas a serem ofertadas, o FUNCINE, sua política de investimento, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Definitivo foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM nº 400/03; e
- (iii) as informações prestadas pelo Administrador no Prospecto Definitivo, bem como aquelas informações fornecidas ao mercado por ocasião do registro da Oferta e emissão das cotas no âmbito da Oferta, nas suas respectivas datas, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 19 de novembro de novembro de 2007.

BANCO FATOR S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

SP#80993_v1